	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão:	27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Atribuições

- 1 - Planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no âmbito do Município de São Paulo;
2 - Manter contatos visando cooperação técnico-científica com órgãos e entidades ligados ao meio ambiente, do governo Federal, dos Estados e dos Municípios brasileiros, bem como com órgãos e entidades internacionais;
3 - Estabelecer com o "Órgão Central" (Federal) e com o "Órgão Seccional (Estadual), do "Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA", critérios visando a otimização da ação de defesa do meio ambiente no âmbito do Município de São Paulo.


DEPARTAMENTO DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

- 1 - Orientar, planejar, ordenar e coordenar as atividades de controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental, nos termos das atribuições da Secretaria como "Órgão Local do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA";
2 - Estudar, propor e avaliar e fazer cumprir normas e padrões pertinentes à qualidade ambiental do ar, água e solo, ruídos, vibrações e estética, tomando as medidas necessárias à sua implementação;
3 - Elaborar e manter atualizados cadastros e registros relativos ao controle ambiental;
4 - Propor, executar e participa r de projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental;
5 - Orientar e supervisionar outros órgãos do Município, dando-lhes suporte técnico nas questões ambientais;
6 - Participar do sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e demais recursos naturais;
7 - Participar do sistema de saneamento;
8 - Participar dos sistemas de Defesa Civil nos diversos níveis de Governo;
9 - Participar, juntamente com o Estado, no controle da produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, com ênfase nos produtos químicos perigosos;
10 - Representar à Procuradoria Geral do Município, da Secretaria dos Negócios Jurídicos, para adoção das providências cabíveis, diante de casos concretos de poluição ou degradação ambiental;
11 - Promover o desenvolvimento de normas e padrões de controle da poluição, em todas as suas formas;
12 - Promover o acompanhamento, avaliação e controle da qualidade das águas, do solo, do ar e dos resíduos, em todas as suas formas;
13 - Emitir, anualmente, relatório de qualidade do Meio Ambiente do Município - RQMA.
14 - A aplicação da Lei 9605/98 - Lei de Crimes Ambientais - é uma necessidade legal, que deve ser cumprida pela SVMA, órgão local do SISNAMA. A não aplicação da Lei 9605 por parte de SVMA poderá acarretar em sanções nela previstas, inclusive penais.
15 - São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitânicas dos Portos, do Ministério da Marinha.
16 - A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.
17 - Coordenar as ações de fiscalização de interesse ambiental dos Núcleos de Gestão Descentralizada e das Subprefeituras, em conjunto com a Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Ações Descentralizadas.

COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA

- 1 - Coordenar e executar programas e ações educativas para promover a participação da sociedade na melhoria da qualidade ambiental;
2 - Apoiar as ações de educação ambiental promovidas por outras instâncias de governo e da sociedade civil;
3 - Elaborar e divulgar ações pertinentes à preservação ambiental;
4 - Planejar e executar atividades científicas, culturais e educacionais no campo da educação ambiental;
5 - Manter serviços de arquivo, documentação e instrumentação científica na área de educação ambiental, promovendo intercâmbio com entidades congêneres;
6 - Atuar como apoio técnico em programas de educação ambiental de 1º e 2º graus, a cargo da Secretaria Municipal de Educação e demais instituições públicas ou privadas, em todos os níveis de educação, mediante acordos formais de cooperação;
7 - Ministrar cursos de jardinagem destinados à população, incentivando-a a participar da melhoria da qualidade do meio ambiente;
8 - Planejar e executar atividades científicas, culturais e educacionais no campo da astronomia e ciências congêneres;
9 - Coordenar o funcionamento dos Planetários, da Escola Municipal de Jardinagem e Herbário Municipal, da Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz e da Escola Municipal de Astrofísica;
10 - Desenvolver, por meio da Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz, programa de formação aberta, ampla e permanente para cidadãos de diferentes faixas etárias e escolaridade, com o prósito de contribuir para uma convivência sócio-ambiental sustentável e pacífica na Cidade de São Paulo, articulando temas ambientais e a cultura de paz e não-violência, disseminando conhecimentos e tecnologias de mediação de conflitos;
11 - Cumprir outras tarefas afins.


COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL E AÇÕES DESCENTRALIZADAS - COPLAN

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão:	27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

- 1 - Estudar e propor o desenvolvimento do Município de São Paulo de forma ambientalmente sustentada;
2 - Avaliar as políticas públicas com influência no Município de São Paulo, defendendo o interesse ambiental;
3 - Analisar e verificar os elementos faltantes nas políticas, no âmbito das esferas públicas, estadual e federal, visando ao atendimento da qualidade ambiental da Cidade de São Paulo;
4 - Sugerir, no planejamento do uso do solo municipal, instrumentos de melhoria da qualidade ambiental;
5 - Promover a articulação e a integração dos diversos órgãos da Administração nos três níveis de governo, no que concerne às ações de defesa do meio ambiente;
6 - Promover estudos, normas e padrões de planejamento ambiental;
7 - Sistematizar as informações da Prefeitura do Município de São Paulo na área do planejamento ambiental, propondo alterações e estabelecendo normas quanto aos Estudos de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto Ambiental - RIMA e Estudos de Impacto de Vizinhança - RIVI;
8 - Estabelecer os termos de referências dos aspectos ambientais, para os planos, programas e projetos de outras áreas da Administração Municipal;
9 - Estudar e desenvolver, em cooperação com outros órgãos da Administração, a elaboração de normas e padrões ambientais a serem adotados nas demais Secretarias Municipais;
10 - Estudar os projetos da Administração, visando à integração entre as diversas áreas e a questão ambiental, analisá-los e emitir pareceres correspondentes ao objeto do projeto na área ambiental;
11 - Coordenar as atividades dos Núcleos de Gestão Descentralizada e a integração das ações das Subprefeituras dirigidas ao meio ambiente;
12 - Estruturar sistemas de informações ambientais para dar suporte ao planejamento das funções da SVMA;
13 - Coordenar, por meio dos Núcleos de Gestão Descentralizada Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste, o desenvolvimento das ações da SVMA no que diz respeito a fiscalização, implantação e manutenção do sistema de áreas verdes e educação ambiental;
14 - Coordenar e articular as ações das Subprefeituras localizadas nos seus respectivos territórios no que se refere ao meio ambiente;
15 - Cumprir tarefas afins.

DEPARTAMENTO DE PARQUES E ÁREAS VERDES


- 1 - Projetar e gerenciar obras e serviços de construção civil e ajardinamento para viveiros, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos ou outras unidades a ele subordinadas;
2 - Promover a produção de mudas ornamentais em geral e a execução de arborização e ajardinamento em vias públicas e de implantação de viveiros, parques, praças, jardins e demais logradouros públicos;
3 - Promover pesquisa, estudo, experimentação e divulgação das atividades ligadas às suas atribuições, funções e objetivos, estabelecendo normas e padrões dos serviços a serem executados;
4 - Promover a administração, preservação, conservação e manejo de parques ou de outras unidades a ele subordinadas, com todos os seus equipamentos, atributos e instalações, provendo suas necessidades, dispondo sobre as modalidades de uso e conciliando o manejo com a utilização pelo público;
5 - Orientar e supervisionar outros órgãos do Município, dando-lhes suporte técnico em matéria de sua competência;
6 - Coordenar e executar a política referente ao Sistema de Áreas Verdes - SAV;
7 - Promover a preservação e a conservação da fauna, com acompanhamento médico-veterinário curativo, profilático, biológico, sanitário, nutricional e reprodutivo;
8 - Estimular o reflorestamento, a arborização e o ajardinamento, com fins ecológicos e paisagísticos, no âmbito do Município;
9 - Promover, supletivamente, no âmbito do Município, a proteção e o equilíbrio de paisagem e do meio físico ambiente, no que se refere aos recursos naturais e demais fatores que, dentro do campo de interesse de suas atividades, influam na qualidade da vida humana;
10 - Estudar e propor áreas de proteção ambiental no âmbito do Município;
11 - Coordenar e executar a gestão das Unidades de Conservação no âmbito do Município;
12 - Orientar, planejar e executar as atividades de licenciamento de manejo de vegetação de porte arbóreo no Município de São Paulo, incluindo planos de parcelamento do solo e projetos de obras públicas;
13 - Aplicar e orientar a implementação das diretrizes relacionadas à vegetação de porte arbóreo estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras do Município de São Paulo;
14 - Estudar, propor, avaliar e aplicar normas e padrões pertinentes à qualidade ambiental, no que diz respeito às questões de vegetação de porte arbóreo, especialmente para projetos de edificação que envolvam manejo de vegetação de porte arbóreo;
15 - Planejar e promover a realização de estudos com vistas à preservação e recuperação da cobertura vegetal do Município de São Paulo, inclusive as medidas de recuperação da vegetação permanente, nos termos da legislação em vigor;
16 - Acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos de plantio de espécimes arbóreos, especialmente os previstos nos termos de compromisso ambiental;
17 - Coordenar comissão intersecretarial para análise de remoção de vegetação de preservação permanente, nos termos da legislação em vigor;
18 - Escolher áreas verdes, bem como aprovar e receber projetos de arborização de vias e áreas verdes nos planos de parcelamento do solo, nos termos da legislação em vigor;
19 - Elaborar Atestado de Execução e Arborização, nos termos da legislação em vigor;
20 - Orientar outros órgãos do Município, dando-lhes suporte técnico nas questões referentes à proteção, manejo e fomento à

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão:	27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

- vegetação de porte arbóreo;
21 - Propor o enquadramento de regiões do Município de São Paulo em regimes especiais de proteção, visando garantir a perpetuidade de maciços arbóreos;
22 - Pronunciar-se sobre projetos e programas que versem a respeito de compensação ambiental nos casos de interferência ou dano à vegetação;
23 - Coordenar, supervisionar e proporcionar apoio ao desenvolvimento das ações correspondentes as atribuições do DEPAVE nas Subprefeituras e nos Núcleos de Gestão Descentralizada;
24 - Cumprir outras tarefas afins.


CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1 - Colaborar na formulação da política municipal de proteção ao Meio Ambiente, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, através de recomendações e proposições de planos, programas e projetos;
2 - Colaborar na elaboração de planos, programas e projetos intersetoriais, regionais, locais e específicos, de desenvolvimento do Município;
3 - Apreciar e pronunciar-se sobre Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) no âmbito do Município de São Paulo;
4 - Propor diretrizes para a conservação e recuperação dos recursos ambientais do Município;
5 - Propor normas, padrões e procedimentos visando à proteção ambiental e ao desenvolvimento do Município;
6 - Opinar sobre os projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de São Paulo, notadamente quanto àqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais;
7 - Propor projetos de lei e decretos referentes à proteção ambiental no Município de São Paulo;
8 - Propor a definição e implantação de espaços territoriais e seus componentes, a serem especialmente protegidos;
9 - Propor e colaborar na execução de atividades com vistas a educação ambiental;
10 - Propor a realização e promover campanhas de conscientização quanto aos problemas ambientais;
11 - Manter intercâmbio com entidades, oficiais e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à defesa do Meio Ambiente;
12 - Elaborar seu regimento Interno.

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão:	30	Secretaria Municipal do Trabalho


Atribuições

- 1 - Promover oportunidades para a inserção econômica dos cidadãos, qualificando a ocupação e gerando renda na cidade de São Paulo, a partir da mobilização coordenada de agentes da sociedade e da prestação de serviços integrados, com vistas ao impulsionamento do desenvolvimento local.
- 2 - Integrar serviços no campo da ocupação e das iniciativas empreendedoras.
- 3 - Implementar Programas de Capacitação Ocupacional Qualificada junto aos beneficiários da Política Municipal do Trabalho.

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão:	31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais

Atribuições

- 1 - Assessorar o Prefeito em contatos internacionais com governos e entidades públicas e privadas.
- 2 - Estabelecer e manter relações e parcerias com organismos internacionais multilaterais, cidades-irmã do Município de São Paulo, entidades voltadas à organização de cidades, organizações não governamentais internacionais, representantes diplomáticos de governos, representantes de trabalhadores e de empresários internacionais, empresas internacionais estabelecidas ou não neste município e outras afins.
- 3 - Fornecer suporte técnico aos órgãos da administração direta e indireta do Município de São Paulo em contatos internacionais e no desenvolvimento e elaboração de convênios e projetos de cooperação internacional.

	Município de São Paulo Legislação da Despesa por Órgão	Exercício 2009
Órgão:	32	Ouvidoria Geral do Município de São Paulo

Atribuições

- 1 - Receber e apurar denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados ilegais, arbitrários, desonestos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do Município de São Paulo, empregados da Administração Indireta, agentes políticos, ou por pessoas, físicas ou jurídicas, que exerçam funções paraestatais, mantidas com recursos públicos;
- 2 - Realizar diligências nas unidades da Administração, sempre que necessário para o desenvolvimento de seus trabalhos;
- 3 - Proceder correições preliminares nos órgãos da Administração;
- 4 - Manter sigilo, quando solicitado, sobre denúncias e reclamações, bem como sobre sua fonte, providenciando, junto aos órgãos competentes, proteção aos denunciantes;
- 5 - Manter serviço telefônico gratuito, destinado a receber denúncias ou reclamações;
- 6 - Realizar as investigações de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público, mantendo atualizado arquivo de documentação relativa às reclamações, denúncias e representações recebidas;
- 7 - Promover estudos, propostas e gestões, em colaboração com os demais órgãos da Administração Municipal, objetivando aprimorar o andamento da máquina administrativa;
- 8 - Elaborar e publicar, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades;
- 9 - Realizar seminários, pesquisas e cursos versando assuntos de interesse da Administração Municipal, no que tange ao controle da coisa pública.